

Revista da  
Reitoria  
da Universidade  
de Coimbra

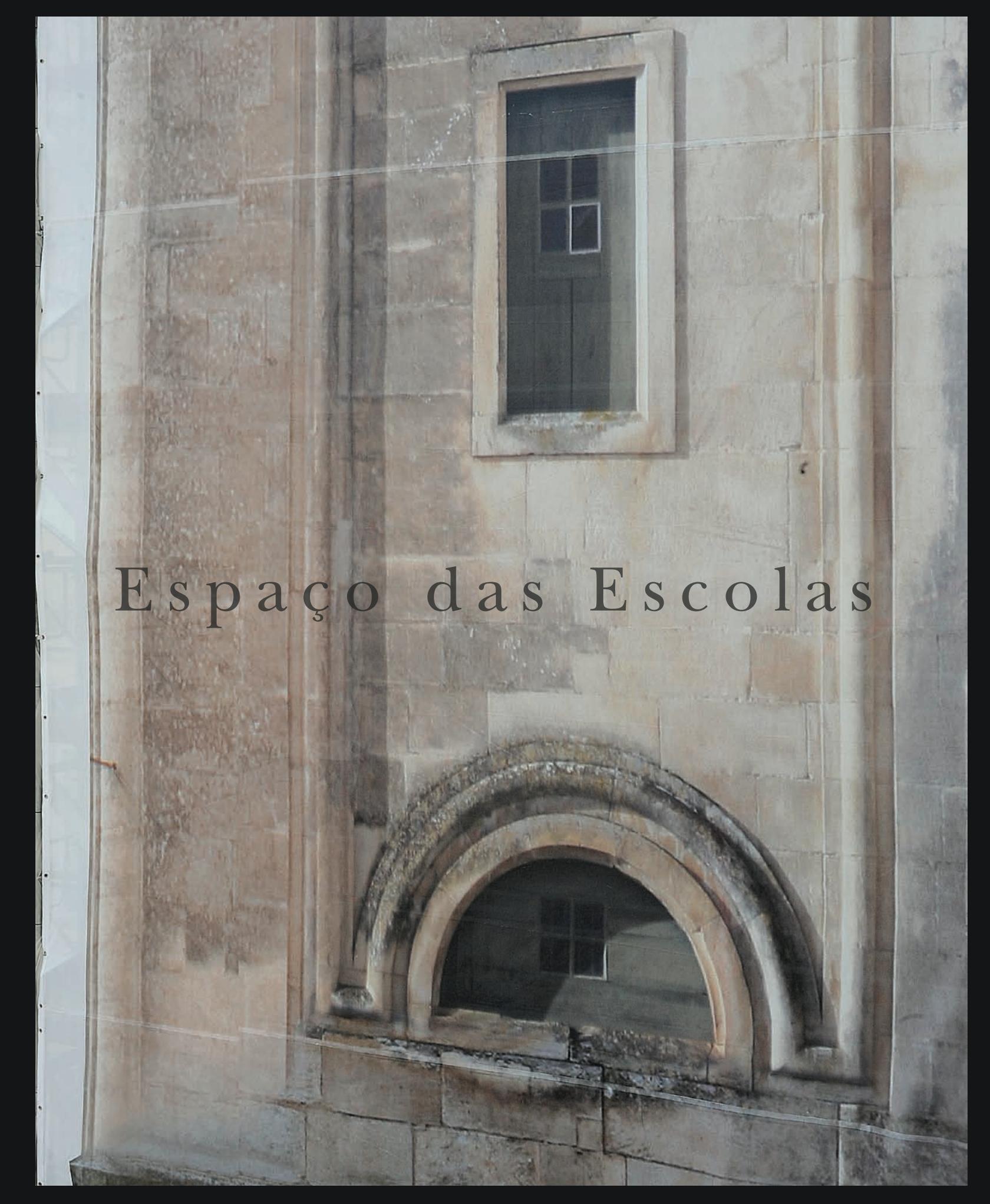
Número 28  
Trimestral  
Abril  
2010

[www.uc.pt/rualarga](http://www.uc.pt/rualarga)  
[rualarga@ci.uc.pt](mailto:rualarga@ci.uc.pt)



# RUA LARGA



A photograph of a stone wall with two windows. The upper window is rectangular with a dark frame and a small white cross-shaped detail. The lower window is semi-circular with a thick, weathered stone arch. The wall is made of light-colored, rectangular stone blocks. The text "Espaço das Escolas" is overlaid in the center.

Espaço das Escolas

# A Torre da Universidade de Coimbra

António Filipe Pimentel \*

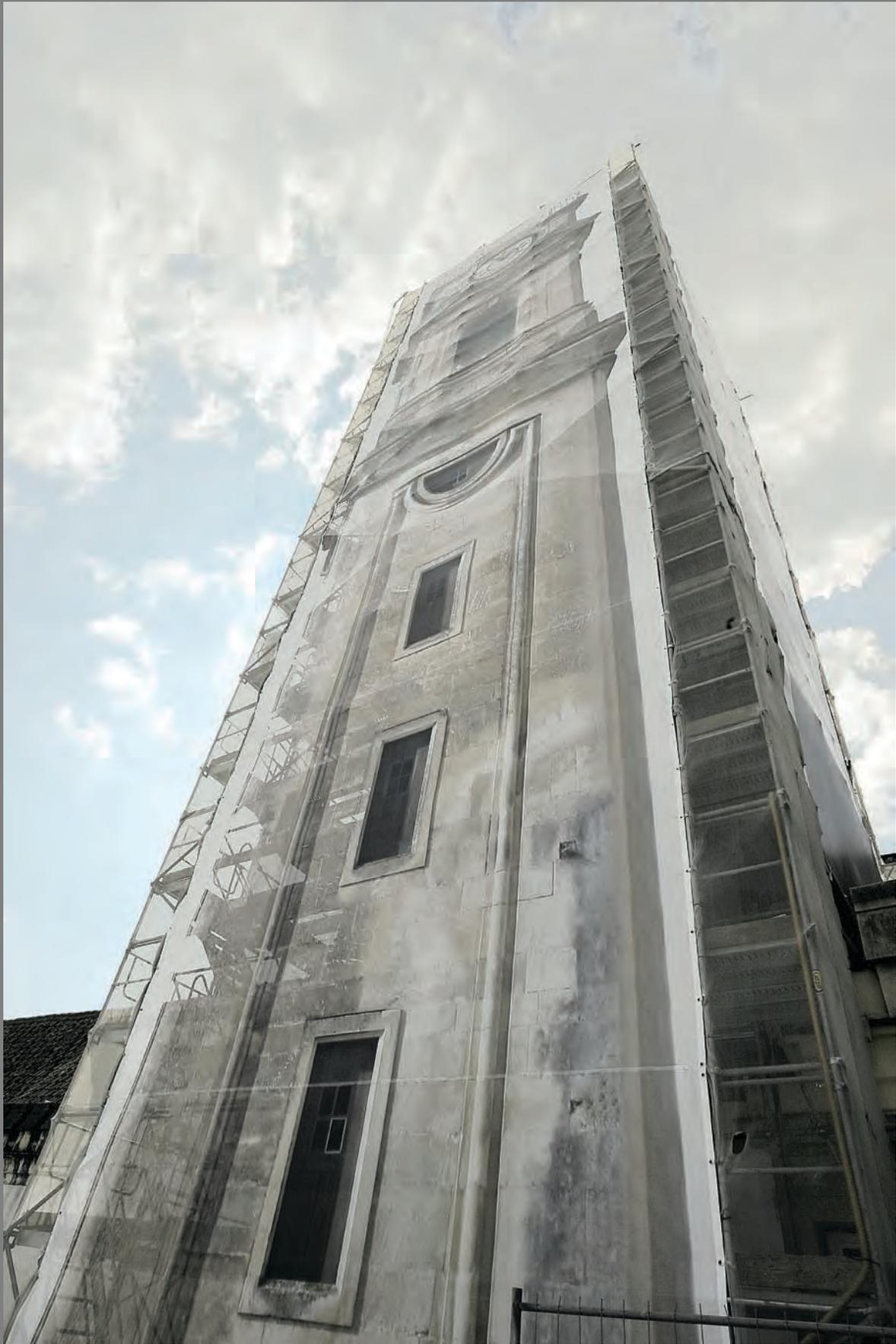
Na longa sucessão de sedimentos edificados que configura o Paço das Escolas, a torre setecentista que alberga o relógio e os sinos que regulam a vida académica constitui, obviamente, uma das mais jovens adições. E, não obstante, é ela, mais que nenhuma outra, a imagem icónica por excelência, não apenas da secular instituição mas, por via dela — e da ligação idiossincrática que plasmou com a cidade onde se alberga —, da própria urbe, sobre a qual avulta como um farol dominando o promontório onde, de facto, morfologicamente se levanta.

A sua proto-história remonta a 1537, quando, recém-chegada a Coimbra e na iminência de alojar-se no velho Paço Régio, a Universidade insiste, junto de D. João III — justificando que “nã podia aver boa ordem sem relógio” —, na transferência de Lisboa do especioso instrumento e do competente sino, adquiridos em finais do século XV. Dois anos mais tarde o monarca autorizaria a sua colocação no interior do pátio, “sobre a porta da entrada do terro dos paços”, mas o complexo esquema funcional engendrado pelo reitor Frei Diogo de Murça, de molde a albergar, a partir de 1544, o pleno das faculdades no que haviam sido os aposentos da Rainha, seria responsável pela transumância do precioso engenho (aliás de um novo, que entretanto o substituíra) para uma situação mais próxima da logística escolar que lhe competia regular: o cubelo voltado ao pátio, que abrigava as escadas centrais dos aposentos do Rei, alteado em virtude dessa operação e mais tarde demolido.

Problemas estruturais decorrentes da edificação, sobre essa torre, da nova casa do sino, estarão provavelmente na origem da decisão, tomada em 1561, de levar a cabo a edificação de uma torre de raiz, alojada junto ao ângulo noroeste do terreiro, cujos planos seriam cometidos a João de Ruão. Quanto à torre actual, ocupando sensivelmente o mesmo local, seria erguida entre 1728 e 1733 e para a história da sua edificação sobreviveria extensa informação — por completo omissa, todavia, no que respeita ao seu tracista.

De facto, em tal matéria, pesaria por muito tempo o enigma contido na provisão de D. João V, de 17.12.1728, dirigida ao reitor Francisco Carneiro de Figueiroa, onde, sobre as plantas para a nova torre por ele enviadas, riscadas por Gaspar Ferreira (que dirigira a edificação da Biblioteca), o monarca afirmava que “mandandose ver por Architectos desta corte não aprovarão a Arquetetura da d.<sup>a</sup> Torre e pello mais perito se mandou fazer a que com esta se vos remete, com a q. enviastes, da mesma altura e grandeza, mas de melhor fabrica”. Pouco mais de um ano depois, 17.01.1730, determinava o Rei que, “p.<sup>a</sup> satisfaçam do Arquitetto que fez a planta p.<sup>a</sup> a torre da un.de” (cujo nome, uma vez mais, se não indicava), se despendesse da arca escolar a quantia de 48 000 rs. — verba que, na verdade, produz violento contraste com os modestos 6 400 rs. que, em Março de 28, haviam sido entregues a Gaspar Ferreira para o mesmo efeito.

Porém, a emergência de nova documentação, resul-



tante da denúncia endereçada à Mesa da Consciência e Ordens, em meados de 1728, pelo tesoureiro da Capela, de ter a Universidade empreendido a construção da torre nova sem munir-se de autorização real, sacrificando, em seu proveito, “a melhor obra que tinha aquela cide” (a torre de Ruão) e, para cúmulo, confiando a empresa a um *entalhador, metido a Arquitecto* (Gaspar Ferreira), iria permitir, em definitivo, esclarecer a questão.

De facto, suspensa a obra por ordem do monarca e repreendida competentemente a Escola, requisitaria este a planta e orçamento da torre, exigências que o reitor satisfaria, entre justificações, não, aliás, sem promover a realização de nova planta (a “última planta do M.e”), decerto mais cuidada, impetrando ao Rei se dignasse conceder licença para a sua prossecução “de contrario se perderia a despesa feita”. Reservaria, porém, para o fim o melhor argumento: o de que o próprio soberano havia “mostrado dezejos de q. na vnd.e floreça a sciencia de Mathematica p.<sup>a</sup> q. lhe havia S. Mag.e ordenado comprasse l.os novos, e instrumentos Mathematicos, e parecer necessário haver na Torre hum observatório por não achar o P.e D.os Capaci outro citio maes capas, e com a mayor altura e largura della se evitava a g.de despeza se se houvesse de fazer o observatório em outra p.te como representara a S. Mag.e e a largura bastava ser capas p.<sup>a</sup> vinte pessoas”.

Ponderado o conturbado processo em que a obra da torre tinha convertido (uma vez consumada a demolição da antiga), e vista a traça feita pelo mestre universitário, decide-se então encarregar Lázaro Leitão Aranha de que “mostrasse a d.<sup>a</sup> planta aos Arquittos desta Corte”. E, desaprovada esta, “se mandou fazer outra pello Arquitteto Romano António Canavari”, a qual se expediria para Coimbra, a 17 de Dezembro — antecedida, na véspera, da ordem para o pagamento dos 48 000 rs. “p.<sup>a</sup> satisfação do Arquitteto”.

A construção da torre universitária acabaria, pois, por ser viabilizada (nessa circunstância se inscrevendo a documentação conhecida), concluindo-se em

Julho de 1733, após um dispêndio de 14 543\$522 rs. Na decisão real terá pesado (a par da inevitabilidade da obra, uma vez consumada a demolição da antiga) a relevância que revestia do ponto de vista do incremento na Universidade dos estudos matemáticos e das observações astronómicas e o parecer de Domingos Capacci, que não teria achado “outro citio mães capas”. Restava, pois, fazer substituir as traças provincianas de Gaspar Ferreira por um novo projecto, cometido ao arquitecto *mais perito*: o qual, por esses anos e pela aura que rodeara a sua vinda era, sem dúvida, António Canevari — como, aliás, a historiografia da arte há muito intuía.

Porém, forçado a respeitar condicionantes. De facto, a altura e largura da base da nova torre coimbrã (bastante ampliada, por razão da sua maior altura, em relação à torre quinhentista) seriam definidas na planta de Gaspar Ferreira. E definido ficara também o seu acabamento em forma de terraço, a fim de aí instalar o observatório recomendado pelo Rei e os competentes *instrumentos Mathematicos*. Ao *perito* arquitecto não restava, pois, mais que reformulá-la, “da mesma altura e grandeza mas de melhor fabrica”. O que efectivamente fez, criando, com a torre da Universidade, um raro protótipo de torre campanária civil, serena e majestosa, um pouco seca nas suas linhas severamente modeladas, quebradas somente pelo lavor delicadíssimo do frontão, originalmente rematado em ático, por forma a suportar o surpreendente observatório em que afinal consiste.

Mas também Gaspar Ferreira tem parte de relevo na obra final. Se o seu palmarés de *entalhador, metido a Arquitteto* o não habilitaria, certamente, a conceber a nova torre à altura da grandeza a que a Universidade estava habituada, essa mesma sua intuição para o rigor da execução do ornato e a ciência prática adquirida na Casa da Livraria, desde que assumira a sua direcção, não deixariam de ser reconhecidas pela Mesa, ao confiar-lhe igualmente, afinal, a direcção da nova empresa — rendendo-se, como em quase tudo no controverso *negócio* em que a erecção da torre se havia convertido, à situação *de facto*

entretanto criada. Pelo que a ele se deve, inquestionavelmente, essa demonstração de “saber fazer” que avulta no trabalho realizado, sem o que o risco do *romano* se teria fatalmente pervertido.

\* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Director do Museu Nacional de Arte Antiga

#### Bibliografia

António Filipe Pimentel:

- A Morada da Sabedoria. I. O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade, Coimbra, Almedina, 2005;
- “António Canevari e a Torre da Universidade de Coimbra”, Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

